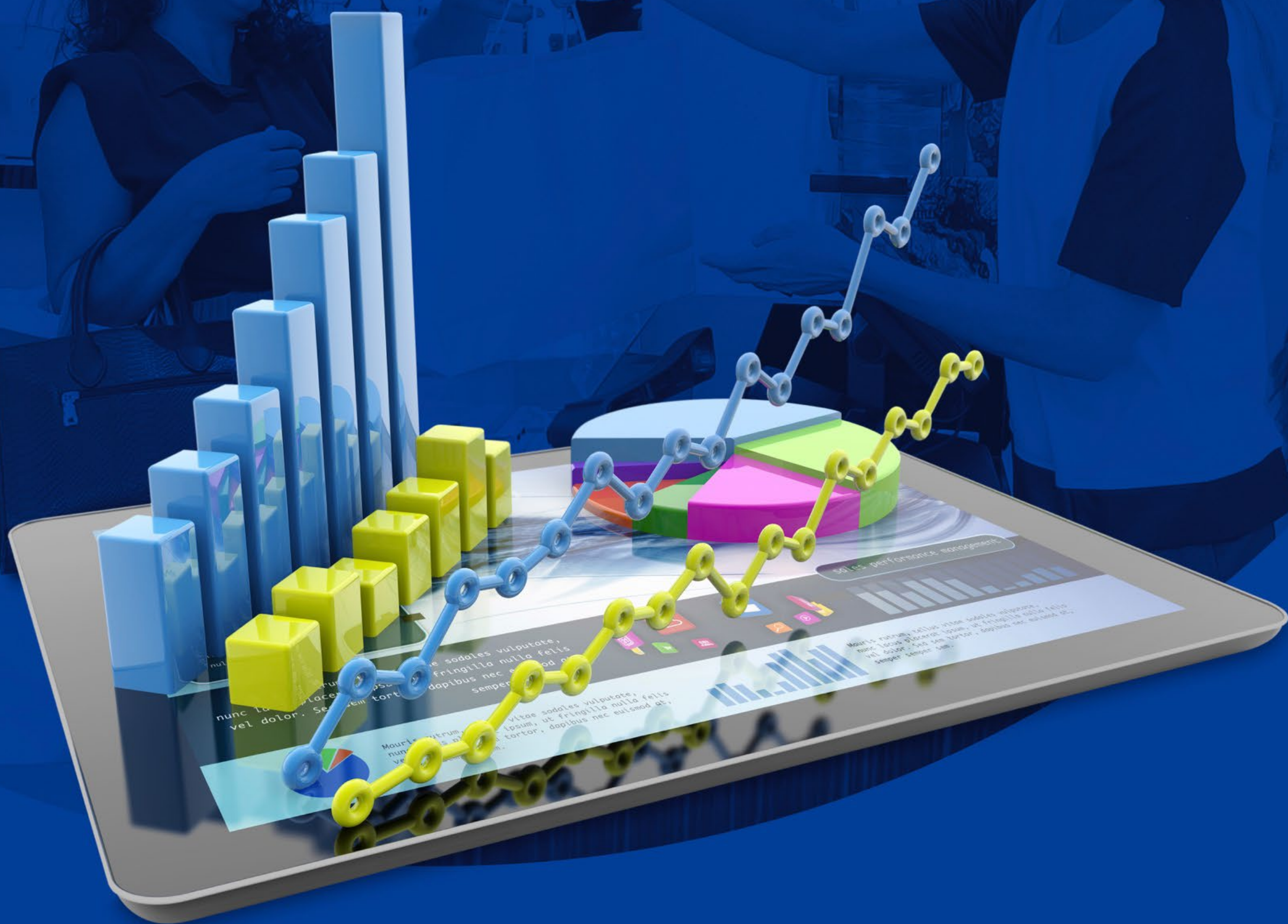




PANORAMA DO COMÉRCIO

AGOSTO/2022



RESUMO

VENDAS DO COMÉRCIO RECUAM EM JUNHO, MAS MOSTRAM RESULTADO POSITIVO NO 1º SEMESTRE; ATIVIDADE ECONÔMICA DESACELERA NO MUNDO E ELEVA INCERTEZAS PARA 2023

De janeiro a abril de 2022, o volume de vendas do comércio varejista registrou seguidos avanços na base de comparação mensal. Esse volume recuou em maio, na comparação com abril, interrompendo a sequência de altas. Em junho de 2022, o IBGE divulgou um novo recuo. Apesar dos últimos dados mensais desfavoráveis, o volume de vendas do comércio no 1º semestre de 2022 foi superior ao observado no 1º semestre de 2021. O avanço nessa base de comparação foi de 1,4%.

O Indicador de Confiança do Comércio, referente a julho de 2022, mostra que os empresários do setor avaliam o momento atual com certo otimismo. O quadro muda quando esses empresários falam sobre as perspectivas para os próximos meses. O componente de expectativas da confiança do comércio registrou 84,8 pontos. Abaixo dos 100 pontos, esse número indica que a maioria dos empresários do setor ainda olha para o futuro com desconfiança. Já o componente da situação atual pontuou 105,6, acima da marca dos 100 pontos.

No panorama macroeconômico, a inflação recuou em julho de 2022. O índice oficial acumula alta de 10,07%. Apesar da desaceleração, o resultado está muito acima da meta.

Panorama do Comércio



1,4%

Avanço das vendas do comércio varejista no 1º semestre



61,7 mil

Vagas formais de trabalho criadas no comércio no 1º semestre



105,6 pontos

Acima de 100: a percepção dos empresários do comércio sobre o momento atual

Panorama Macro



13,75%

Taxa SELIC



9,3%

Desemprego no trimestre encerrado em junho



1,98%

Projeção de crescimento para PIB

Na busca de fazer as projeções convergirem para o centro da meta de inflação, hoje fixada em 3,5%, o Banco Central elevou a taxa básica de juros mais uma vez. Com isso, a SELIC alcançou o patamar de 13,75%. O comunicado da autoridade monetária não descarta novos aumentos da taxa básica até o final do ano.

Ainda no campo macro, uma boa notícia é a queda do desemprego. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego atingiu 9,3% -- o menor valor desde 2015. A criação de vagas formais também segue forte, em mais uma evidência de que o mercado de trabalho está aquecido. No primeiro semestre, mais de 1,3 milhões de postos formais de trabalho foram criados no Brasil. O comércio contribuiu com a criação de mais de 61 mil vagas.

Este relatório também destaca alguns dados da economia global. Essa tem sido uma fonte de incertezas para os próximos meses. A economia americana registrou queda do PIB pelo segundo trimestre consecutivo, entrando em recessão técnica. Além da desaceleração do crescimento, o mundo convive com elevada inflação e, como resposta, aumentos da taxa de juros.

Nesse contexto, o crescimento projetado para o Brasil segue sendo revisado para cima no horizonte de 2022, mas as projeções começam a se deteriorar para 2023 – um desafio cuja superação merece ser discutida no presente ciclo eleitoral.

Termômetro do consumidor



47%

Avaliam que situação financeira piorou nos últimos meses



45%

Acreditam que o desemprego deve aumentar



34%

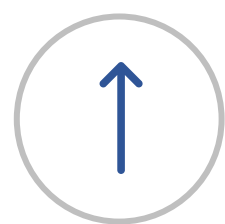
Acreditam que o poder de compra deve diminuir

VENDAS DO VAREJO

Vendas do varejo recuam depois de meses favoráveis; mesmo com a queda mensal, 1º semestre de 2022 ainda tem desempenho melhor que o mesmo período do ano anterior

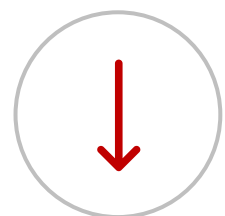
Comércio varejista

Variação do volume de vendas



1,4%

Crescimento do volume de vendas no 1º semestre de 2022

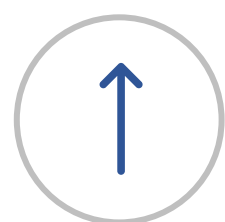


-1,4%

Queda do volume de vendas na comparação entre jul-22 e jun-22

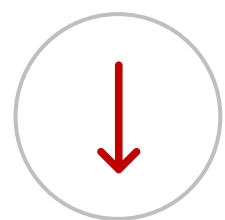
Varejo ampliado*

Variação do volume de vendas



0,3%

Crescimento do volume de vendas no 1º semestre de 2022



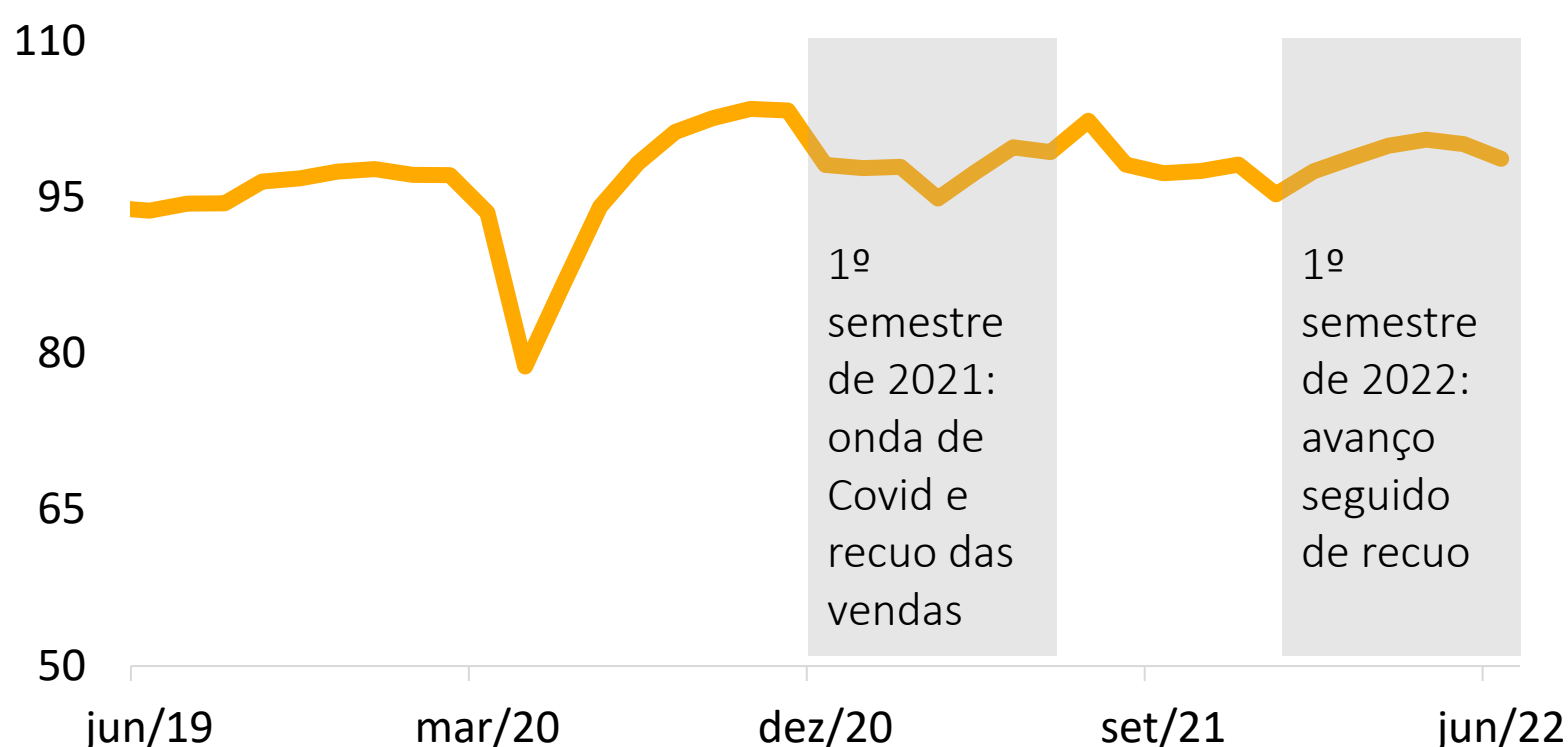
-2,3%

Queda do volume de vendas na comparação entre jul-22 e jun-22

Depois de apresentar avanços consecutivos entre janeiro e abril de 2022, o comércio varejista recuou na comparação entre junho e maio de 2022, isto é, na comparação mensal. Essa foi a segunda queda consecutiva na comparação mensal. De acordo com o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, o recuo foi de 1,4%. Já na comparação entre o 1º semestre de 2022 e o mesmo período do ano anterior, o comércio varejista avançou 1,4%. No 1º semestre de 2021, uma onda de contaminação por Covid derrubou a atividade do setor, o que ajuda a explicar o desempenho superior observado no 1º semestre de 2022. Olhando em perspectiva, observa-se que o volume de vendas ainda não ultrapassou o pico observado ao final de 2020, no auge da recuperação, e segue andando de lado. O varejo ampliado, que inclui o comércio varejista e as vendas de automóveis, motocicletas, peças e materiais para construção, mostra resultados ainda menos expressivos, com crescimento de 0,3% no 1º semestre e queda de 2,3% na comparação entre julho e junho de 2022.

Vendas do varejo

Número Índice (Vendas de 2014 = 100)



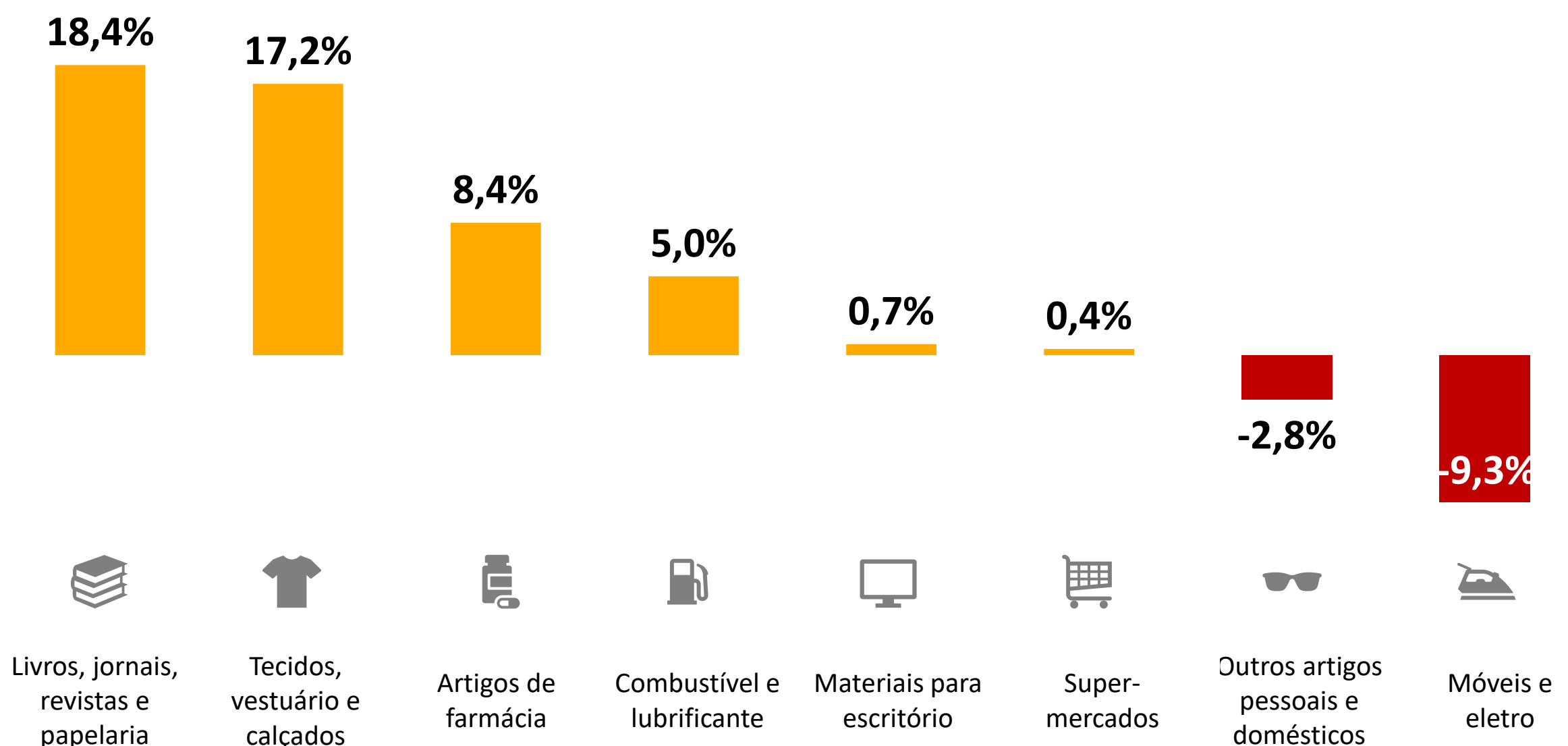
VOLUME DE VENDAS POR SEGMENTO

Vendas do segmento de livros, jornais, revistas e papelaria lideram crescimento no primeiro semestre, mas ainda seguem abaixo do nível pré-pandemia

Entre os oito segmentos analisados pelo **IBGE**, o de “Livros, jornais, revistas e papelaria” apresentou o maior crescimento no 1º semestre de 2022 (18,4%). A comparação é com o mesmo período de 2021. Colocando esse desempenho em perspectiva, constata-se, no entanto, que as vendas desse segmento ainda permanecem muito abaixo do nível pré-pandemia, mesmo com o avanço observado ao longo deste ano. Em seguida, aparece o segmento de vestuário, com crescimento de 17,2% do volume de vendas no semestre. “Artigos de farmácia” e “Combustíveis” apresentaram alta de 8,4% e 5,0%, respectivamente. Apenas dois segmentos apresentaram queda do volume de vendas na comparação semestral: o de “Móveis e Eletrodomésticos”, com recuo de 9,3%, e “Outros artigos pessoais e domésticos”, que contempla lojas de departamento, óticas, artigos esportivos e outros estabelecimentos. O recuo desse último segmento foi de 2,8% e sucede um período de crescimento mais acelerado do segmento.

Vendas no semestre por segmento

Crescimento no 1º semestre de 2022 ante o mesmo período do ano anterior



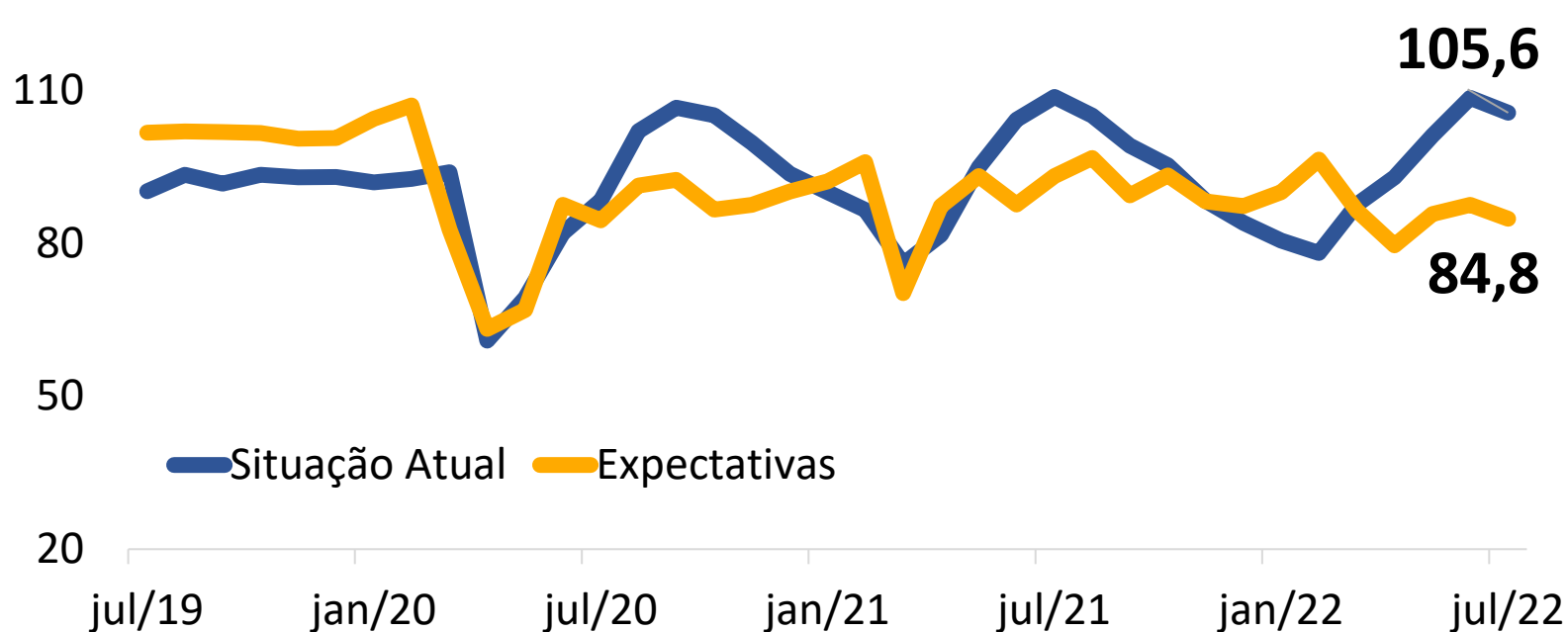
INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Realidade *versus* expectativas: situação atual tem avaliação positiva, mas pessimismo ainda prevalece nas perspectivas sobre o futuro

O Indicador de Confiança do Comércio apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) é um índice construído com base na percepção e nas perspectivas que os empresários do setor têm sobre a economia e a situação de seu negócio. Esse índice varia de zero a 200, sendo que pontuações acima de 100 indicam prevalência do otimismo e pontuações abaixo dessa marca indicam prevalência do pessimismo. A análise desse dado, divulgado com menor defasagem, permite antecipar o desempenho do setor. Em julho de 2022, o Indicador registrou 95,1 pontos, ficando abaixo do resultado observado no mês anterior. Apesar da queda, o resultado permanece acima do observado até o mês de maio. Analisando os componentes da confiança, o Indicador de Situação Atual registrou 105,6 pontos. Por sua vez, o indicador de Expectativas registrou 84,8 pontos. O descolamento entre as expectativas e avaliação do presente vem crescendo desde o início do segundo trimestre do ano e mostra que os resultados positivos registrados pelo setor ainda não foram suficientes para dissipar as incertezas do cenário econômico.

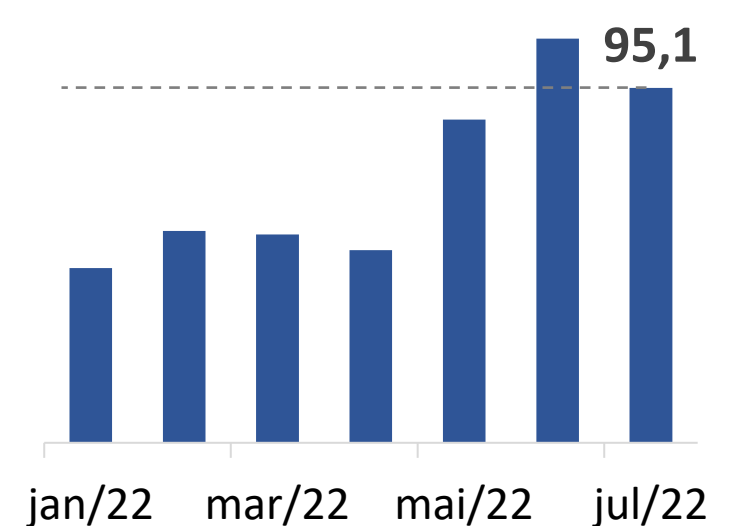
Componentes da Confiança

Série histórica



Confiança do Comércio

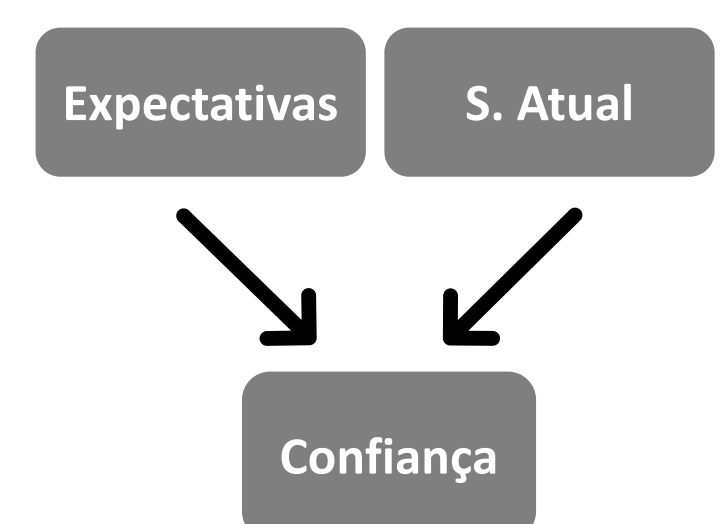
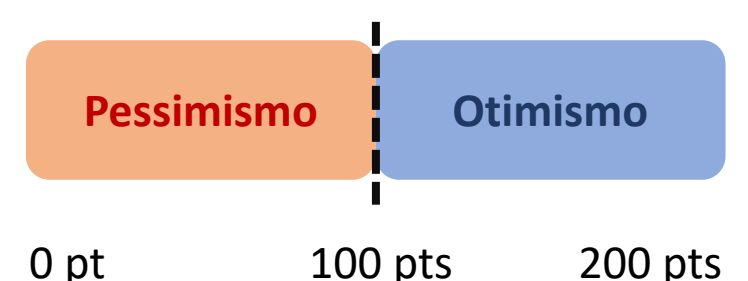
Número Índice (0 a 200)



2,9%

Queda do Indicador de Confiança na comparação entre jul/22 e o mês anterior.

Metodologia

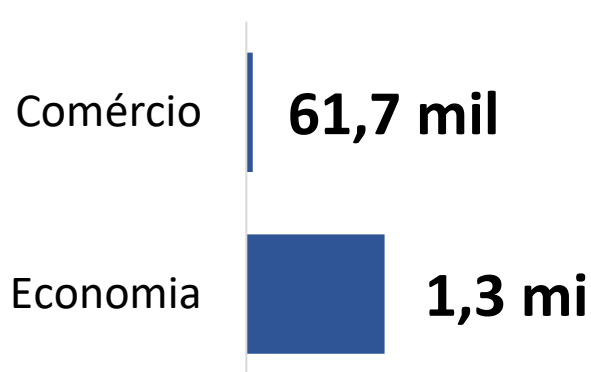


MERCADO DE TRABALHO

Comércio cria mais de 61 mil vagas formais no 1º semestre de 2022; desemprego recua ao menor patamar desde 2015

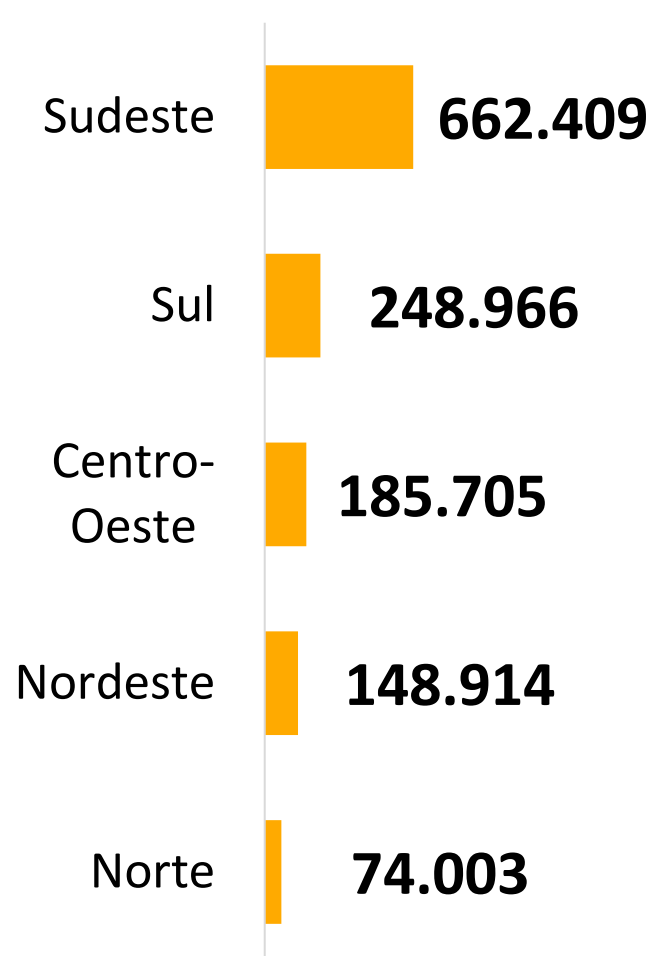
Criação de vagas

1º semestre de 2022



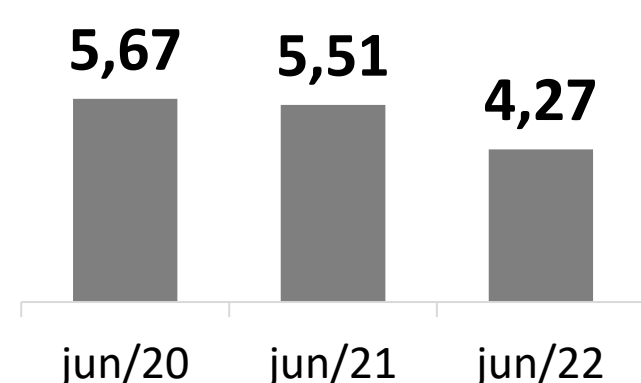
Dados regionais

1º semestre de 2022



Desalentados

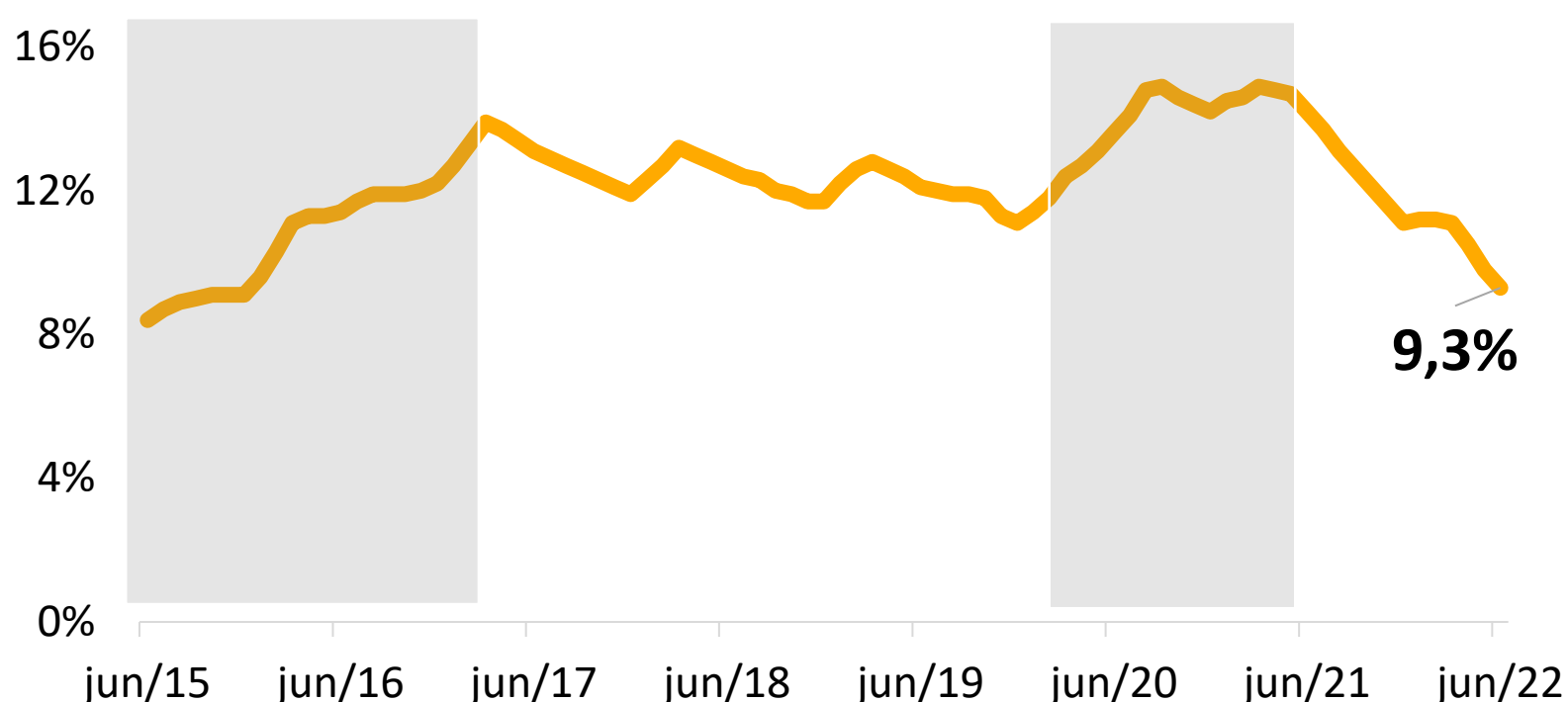
Em milhares



O mercado de trabalho segue mostrando dados positivos. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego alcançou 9,3% no trimestre encerrado em junho de 2022. Esse foi o menor patamar observado desde dezembro de 2015. Além do desemprego, que mede o número de brasileiros que estão sem ocupação, mas à procura de trabalho, o IBGE mede o número de desalentados – um contingente de pessoas que gostaria de trabalhar, mas desistiu de procurar. Esse número também apresentou queda nos últimos meses, chegando a 4,3 milhões em junho de 2022. Os dados de criação de vagas que vem sendo apontados pelo CAGED desde a segunda metade de 2020 contribuem para a queda do desemprego. No primeiro semestre de 2022, 1,3 milhões de vagas foram criadas na economia brasileira, sendo que o comércio registrou a criação de mais 61,7 mil. Analisando os dados de criação de vagas por região no 1º semestre, e considerando o conjunto de todos os setores, o Sudeste registrou a criação de 662 mil postos de trabalho, seguido do Sul (249 mil) e Centro-Oeste (186 mil).

Taxa de desemprego

% da força de trabalho



POLÍTICA MONETÁRIA

Inflação recua em julho, mas segue acima de 10% no acumulado de 12 meses; COPOM eleva a taxa SELIC



-0,68%

Deflação: variação mensal negativa do IPCA



-4,51%

Destaque: variação mensal do grupo de Transporte



13,75%

Taxa SELIC fixada pelo Banco Central

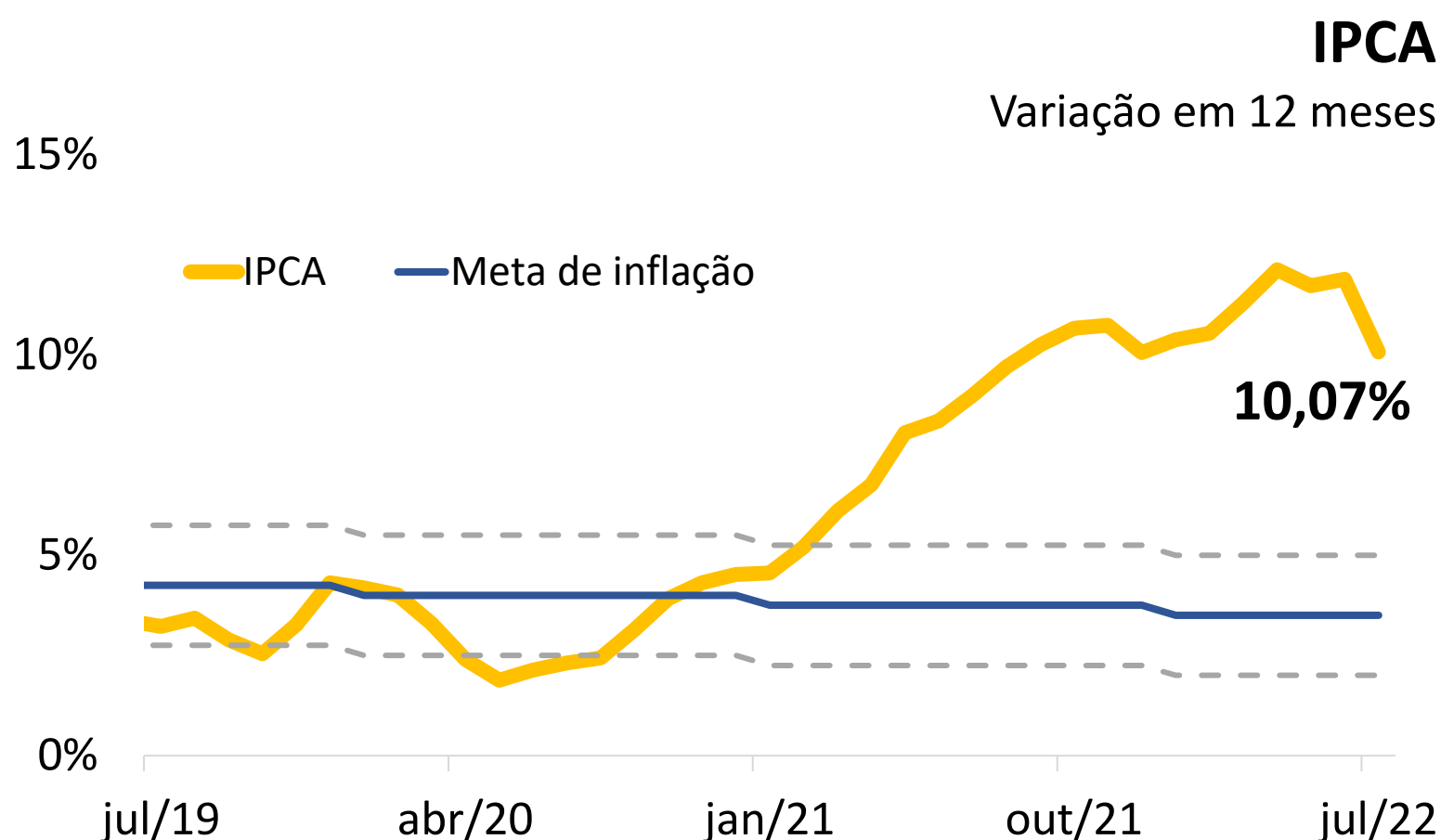
Comunicado do COPOM



Comitê enfatiza que irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas."

03 de agosto de 2022

Dados do IBGE mostram que a inflação recuou em julho de 2022. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou queda de 0,68% na comparação entre julho e junho de 2022. O grande destaque nessa base de comparação foi o grupo dos itens relacionados a Transportes, que apresentou queda de 4,51%. Esse resultado expressivo é reflexo da queda do preço dos combustíveis. Analisando a variação do IPCA em 12 meses, observa-se um avanço de 10,07%. Esse resultado mostra que, apesar do resultado favorável de julho, a inflação segue na casa dos dois dígitos, e muito acima da meta para 12 meses, fixada em 3,5%. Diante das incertezas externas e das pressões internas por mais gasto governamental, o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 13,75%, numa tentativa de reduzir a expectativa de inflação para os próximos meses. No comunicado divulgado após a decisão de aumentar a SELIC, o Comitê de Política Monetária do Banco Central sinalizou que poderá elevar ainda mais a taxa básica.

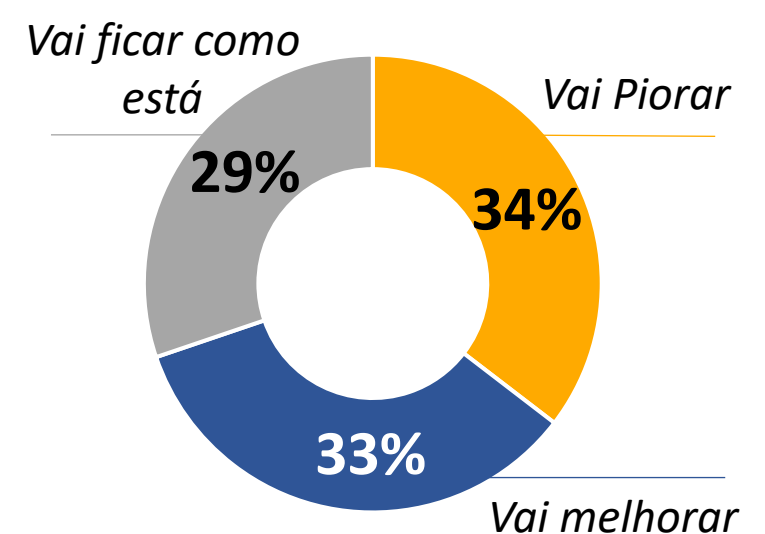


TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

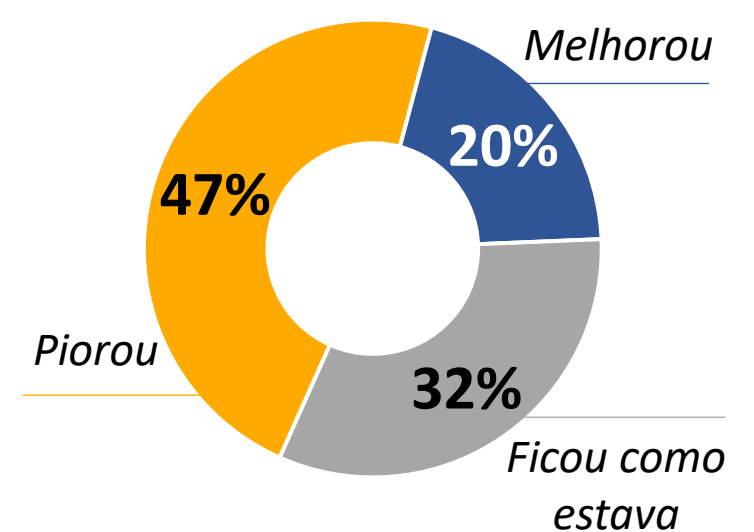
Quase metade dos consumidores nota piora da vida financeira, mostra Datafolha; avaliando os próximos meses, consumidores se dividem entre o otimismo e o pessimismo

Há meses, os indicadores de confiança dos consumidores seguem abaixo dos níveis pré-pandemia e distante da marca dos 100 pontos, mostrando que a avaliação negativa dos últimos meses e das perspectivas futuras tem prevalecido entre os consumidores. Uma pesquisa recentemente divulgada pelo **Instituto Datafolha** permite um detalhamento maior da percepção dos consumidores. De acordo com o levantamento, olhando para os próximos meses, os consumidores se dividem, com uma ligeira vantagem do grupo que acredita em uma piora da sua vida financeira (34%). Percentual parecido, de 33%, acredita em melhora da vida financeira. Olhando para trás, isto é, para os últimos meses, a maioria (47%) nota uma piora da situação financeira, ao passo que apenas um quinto (20%) nota melhora. Essas questões dizem respeito à própria vida do entrevistado. Questionados sobre os próximos movimentos da economia, a maioria acredita que inflação irá aumentar (63%) e o poder de compra irá diminuir (34%). Além disso, para 45%, a tendência é de que o desemprego aumente, ante 50% que acreditam que o desemprego deve ficar como está ou diminuir.

Perspectivas para vida financeira



Vida financeira nos últimos meses



Inflação

Desemprego

Poder compra

	Inflação	Desemprego	Poder compra
Vai aumentar	63%	45%	29%
Vai ficar como está	19%	27%	33%
Vai diminuir	13%	23%	34%

INDICADORES FINANCEIROS

Julho positivo para a Bolsa: IBOVESPA sobe 4,7% e principais varejistas crescem mais que o índice

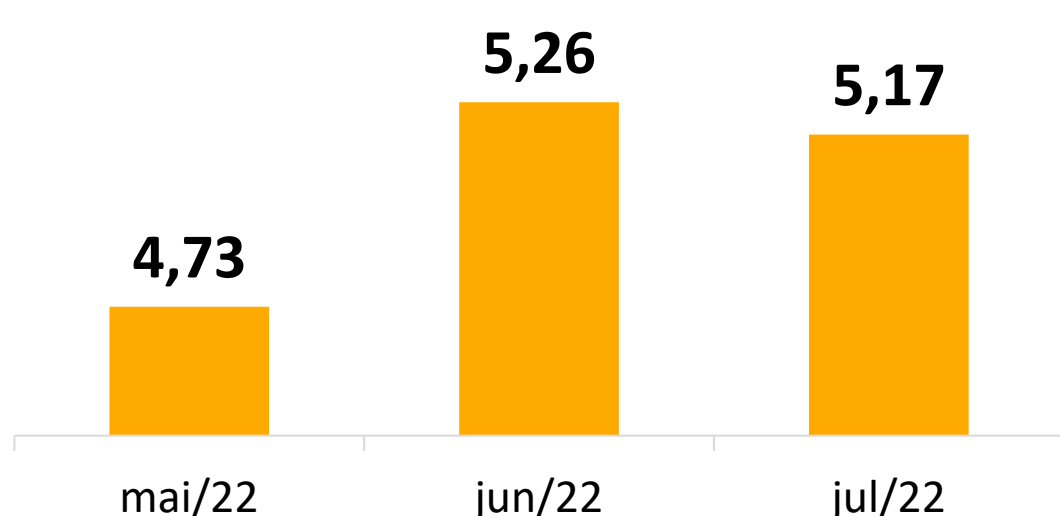
Em julho de 2022, o índice IBOVESPA registrou alta de 4,7% na comparação com o fechamento do mês anterior. Com isso, o índice voltou a superar a marca dos 100 mil pontos, encerrando o mês com 103.165 pontos. Esse resultado ainda está abaixo do observado no início do ano e das máximas observadas no início do segundo trimestre. Já o Índice de Consumo, que reúne empresas representativas dos setores de consumo, saúde e educação, registrou alta mensal ainda mais expressiva, de 9,2% na comparação entre o fechamento de julho e junho de 2022. As ações de grandes varejistas também registraram alta em julho, com destaque para os papeis de Carrefour (CRFB3), Lojas Renner (LREN3) e Magazine Luiza (MGLU3). A alta do IBOVESPA registrada no último mês sucede um período de forte queda: em junho, o índice recuou 11,9%.

	Variação Mensal	Variação desde jan/2022
IBOV	4,7%	-1,6%
ICON	9,2%	-17,9%
AMER3	4,2%	-55,7%
CRFB3	11,8%	22,2%
LREN3	11,8%	3,5%
MGLU3	10,3%	-64,3%
RADL3	9,3%	-13,7%

IBOV Ibovespa – ICON Índice de Consumo – RADL3 Droga Raia – CRFB Atacadão – LREN Lojas Renner – MGLU3 Magazine Luiza – AMER3 Lojas Americanas –

Cotação do dólar

Em R\$ por US\$



Por sua vez, o dólar encerrou o mês de julho em queda, atingindo o patamar de R\$ 5,17. Ainda assim, a cotação segue muito acima da observada em abril, quando houve forte desvalorização da moeda americana. De acordo com as projeções de mercado, o dólar deverá encerrar o ano cotado a R\$ 5,20.

ECONOMIA GLOBAL

Desaceleração do crescimento e avanço da inflação: um mundo sob o efeito de choques

Projeções do FMI para o PIB

Crescimento em 2022

	jan/22	abr/22
PIB Global	4,4%	3,6%
EUA	4,0%	3,7%
Zona do Euro	3,9%	2,8%
China	4,8%	4,4%

Economia dos EUA

Inflação, juros e PIB



8,6%

Inflação acumulada nos 12 meses encerrados em julho.



2,5%

Taxa básica de juros definida pelo FED em julho.

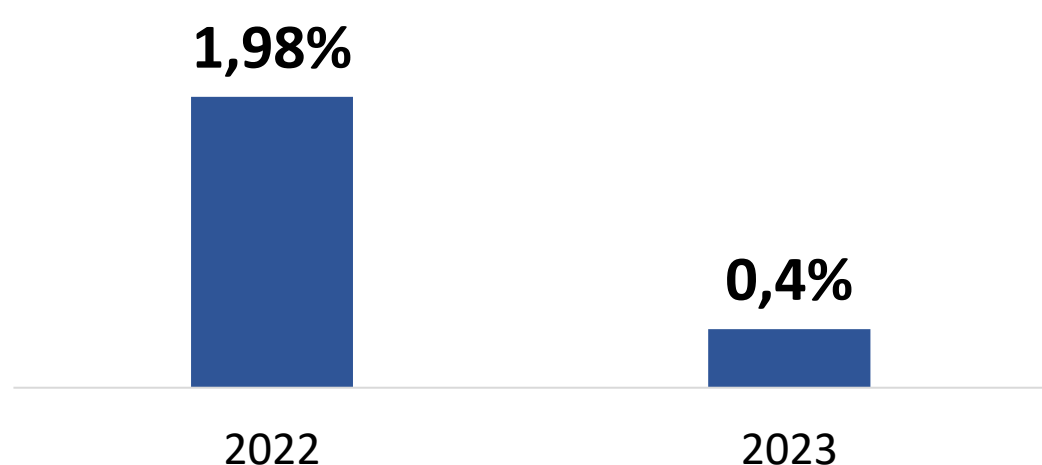


-0,9%

Queda do PIB americano no segundo trimestre

Projeções para o PIB brasileiro

Boletim Focus | 05 de agosto



Em abril de 2022, o FMI atualizou as projeções de crescimento para a economia. O Fundo cortou a expectativa de crescimento do PIB global, que caiu de 4,4% para 3,6%. As estimativas de crescimento para os Estados Unidos, União Europeia e China também foram revistas para baixo. Esses dados são anteriores aos temores de recessão técnica, que acabam de se concretizar nos Estados Unidos, onde o PIB registrou queda pelo segundo trimestre seguido. Enquanto o crescimento desacelera, os preços sobem. Estados Unidos e Europa lidam com uma inflação historicamente alta. A consequência tem sido o aumento das taxas de juros. Nos EUA, a taxa livre de risco saiu de quase zero para 2,5% ao ano. Na contramão das projeções de crescimento observadas para o mundo, as estimativas para o PIB brasileiro estão sendo revistas para cima, ao menos no horizonte de 2022. As incertezas recaem, no momento, sobre as perspectivas de crescimento para a economia brasileira em 2023. De acordo com o Boletim Focus, as projeções apontam para um crescimento de 0,4% no próximo ano e tem sido revistas para baixo.

PESQUISA MOBILIDADE URBANA – CARROS POR ASSINATURA

 **7 em cada 10 brasileiros não conhecem serviço de carro por assinatura**

Os serviços de carros por assinatura são uma nova modalidade de aluguel de carro, com contratos que podem chegar a 48 meses. É um tipo de serviço que tem crescido no país, mas ainda desconhecido pela maior parte da população brasileira. Levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo SPC Brasil, em parceria com o Sebrae, constatou que 32% conhecem esse sistema de carro por assinatura, ao menos de ouvir falar. A maioria, no entanto, ainda desconhece: 68%.

[Confira a pesquisa](#)



Considerando a parcela da população que conhece esse serviço, apenas **14%** já utilizou ou utiliza esse tipo de serviço, ante **86%** que, apesar de conhecer, ainda não optou por assinar um carro.



VANTAGENS DESTACADAS PELOS USUÁRIOS

- **34%** preço e benefício financeiro
- **31%** não pagamento de seguro
- **29%** despreocupação com despesas de manutenção
- **26%** percepção de que é mais acessível contratar do que comprar
- **26%** depreciação do carro
- **17%** despreocupação com o pagamento de impostos
- **14%** possibilidade de trocar de carro com frequência



NOTA MÉDIA ATRIBUÍDA AO SERVIÇO FOI DE

7,9

- **40%** atribuíram uma nota entre **9 e 10**
- **37%** atribuíram uma nota entre **7 e 8**
- **23%** atribuíram uma nota entre **0 e 6**



MOTIVOS PARA NÃO UTILIZAR O SERVIÇO:

- **47%** afirmaram que preferem ter um carro próprio
- **37%** a opção de contratar um carro por assinatura não se mostra financeiramente viável
- **18%** não consideram o serviço confiável
- **15%** acham que há poucas opções no mercado

CONGRESSO NACIONAL

Com o fim do período de recesso parlamentar, o mês de agosto tem o chamado “esforço concentrado”, previsto acontecer na primeira e na última semana, devido o período eleitoral.

Na primeira semana do mês, foram deliberados as principais pautas prioritárias de interesse do setor de comércio, serviços e empreendedorismo:

MICRO E PEQUENA EMPRESA

Aumento do limite da receita bruta do MEI e da Micro e Pequena Empresa



O **PLP 108/2021**, do Senado Federal, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados“

Situação: 12/08/2021: aprovado pelo Senado Federal; 14/05/2022: aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, relatado pelo Deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). Proposta aprovada na CFT: aumento do teto do MEI de R\$ 81 mil para R\$ 144.913,41, da MPE de R\$ 360.000,00 para R\$ 869.480,43 e da EPP de R\$ 4.800.000,00 para R\$ 8.694.804,31, atualizados anualmente pelo IPCA. Além disso possibilita ao MEI manter contrato com até 2 (dois) empregados, desde que eles recebam, cada um, exclusivamente a quantia equivalente a 1 (um) salário-mínimo ou a do piso salarial da categoria profissional.

Próximos passos: encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e designado relator dep. Darci de Mattos. Aguarda realização de audiência pública, ser apresentado relatório na CCJ, ser pautado e votado na CCJ. Em seguida passará por votação pelo Plenário da Câmara e como teve alteração no texto original, será encaminhada para nova análise de Senado Federal. A CNDL se reuniu dia 29 e 30 de junho com o relator e com o presidente da FPMPE, o Senador Jorginho Mello, pelo qual foi dialogado a respeito da importância da aprovação pauta.

Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias



Projeto de Lei Complementar (PLP) n. 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.

Busca permitir que tenhamos documentos de arrecadação da União, dos Estados e Municípios, **padronizados**. Hoje temos mais de cinco mil documentos tributários só no âmbito municipal, o que dificulta em muito o pagamento de impostos.

E dever administrativo das empresas de comprovar que o pagamento do tributo foi realizado. Mais do que uma complicação burocrática, essas obrigações representam um custo altíssimo ao país. Cálculos da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC), apontam que o Brasil gasta, em um número considerado conservador, algo como R\$ 152 bilhões por ano com a manipulação desses documentos.

Situação: em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), foi apresentado o Parecer da Relatora, Deputada Paula Belmonte (Cidadania/DF). Em agosto teve renegociação com o governo e a Receita Federal.

Próximos passos: Aguarda votação na CFT o parecer. Também aguarda votação do requerimento de urgência.

PRONAMPE – nova rodada de disponibilização de linhas de crédito



Projeto de Lei n. 3188/2021 de autoria do Senador Jorginho Mello (PL-SC). A proposta garante que os recursos não utilizados pelo Pronampe sejam devolvidos ao Tesouro Nacional somente em 2025. Na prática, o projeto permite a continuidade do programa por mais 3 anos.

Criou o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), e amplia seu acesso a empresas médias com até R\$ 300 milhões de receita bruta anual, consideradas de médio porte. Esse programa era destinado somente a microempreendedores individuais (MEI), a micro e pequenas empresas, a produtores rurais e a cooperativas e associações de pesca e de marisqueiros. A receita limite é de R\$ 4,8 milhões.

Situação: Sancionado na Lei n. 14.348/2022. Disponibilizado em agosto linhas de crédito para acesso pelos microempresários.

Próximos passos: A lei está em vigor, mas teve um veto parcial, quanto a parte do projeto que dispensava a certidão negativa de débitos de pessoa jurídica com débitos junto Previdência social. Esse veto aguarda deliberação pelo Congresso Nacional.

PEAC-MAQUINHAS - permanente



PL 1479/2022 do deputado Tiago Dimas (Podemos-TO), permite que o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na Modalidade de Garantia de Recebíveis (Peac-Maquinhas) se torne permanente.

O Peac-Maquinhas foi aprovado em 2020 para vigorar durante a pandemia. O Programa permite a microempreendedores individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte que tenham realizado vendas por meio das máquinas de pagamento acessarem empréstimos dando como garantia os valores ainda a receber de vendas futuras.

Situação: o PL foi apresentado em junho de 2022. E esteve na pauta da reunião da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços em 07 de julho.

Próximos passos: Designado Relator, Dep. Otto Alencar Filho (PSD-BA) na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara.

MEDIDAS TRABALHISTAS

Trabalho híbrido



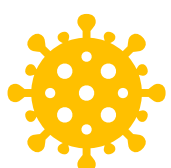
MP 1.108/2022 - altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dar mais segurança jurídica ao trabalho híbrido (presencial e remoto).

- O texto define teletrabalho ou trabalho
- Distingue o trabalho remoto de telemarketing ou teleatendimento;
- Autoriza o teletrabalho de estagiários e aprendizes;
- Permite acordo individual entre empregado e empregador sobre os horários e a forma de se comunicarem;
- Estabelece regras para o auxílio-alimentação, para ser utilizado *"exclusivamente para o pagamento de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais e proíbe a cobrança de taxas negativas ou descontos na contratação de empresas fornecedoras de auxílio-alimentação."*

Situação: Aprovada pelo Congresso Nacional em 03 de agosto.

Próximo Passo: Aguardando ser sancionado em lei pelo Presidente da República.

Trabalho em situações de calamidade pública



MP 1.109/2022 - autoriza a adoção de regras trabalhistas diferenciadas em situações de calamidade pública.

A proposta segue os moldes de programa lançado durante a pandemia de covid-19, também regulamenta o trabalho remoto e a possibilidade de empresas cortarem ou suspenderem temporariamente jornadas e salários dos trabalhadores.

A matéria prevê ainda que o empregador poderá, a seu critério, alterar o regime de trabalho presencial para teletrabalho ou trabalho remoto, além de determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos.

Situação: Aprovada pelo Congresso Nacional em 03 de agosto.

Próximo Passo: Aguardando ser sancionado em lei pelo Presidente da República.



www.cndl.org.br

Sistema CNDL

